

Reconstruções metodológicas e/ou metodologias a posteriori¹

María Eugenia Borsani

Universidad Nacional del Comahue

Tradução:

Marcos de Jesus Oliveira

UNILA

¹ Originalmente publicado em *Astrolabio*, n. 13, 2014. Permissão cedida gentilmente pelos editores e pela autora a quem a revista agradece.

Reconstruções metodológicas e/ou metodologias a posteriori

Resumo:

É uma pesquisa cuja linha epistêmico-política seja a perspectiva decolonial compatível com as metodologias de pesquisa canônicas? É possível descolonizar a metodologia? Não é indispensável? Preocupações com este teor deram origem a este escrito. Ele percorre algumas propostas referentes aos inconvenientes metodológicos que surgem no âmbito da pesquisa decolonial.

Palavras-chave: *reconstruções metodológicas; decolonialidade; cinismo epistêmico.*

Reconstrucciones metodológicas y / o metodologías a posteriori

Resumen:

¿Es compatible una investigación cuya línea epistémico-política sea la perspectiva decolonial con las canónicas metodologías de investigación? ¿Es posible decolonizar la metodología? ¿No es acaso indispensable? Inquietudes de este tenor dan origen a este escrito. El mismo recorre algunos planteos referidos a los inconvenientes metodológicos que se presentan en el marco de investigaciones decoloniales.

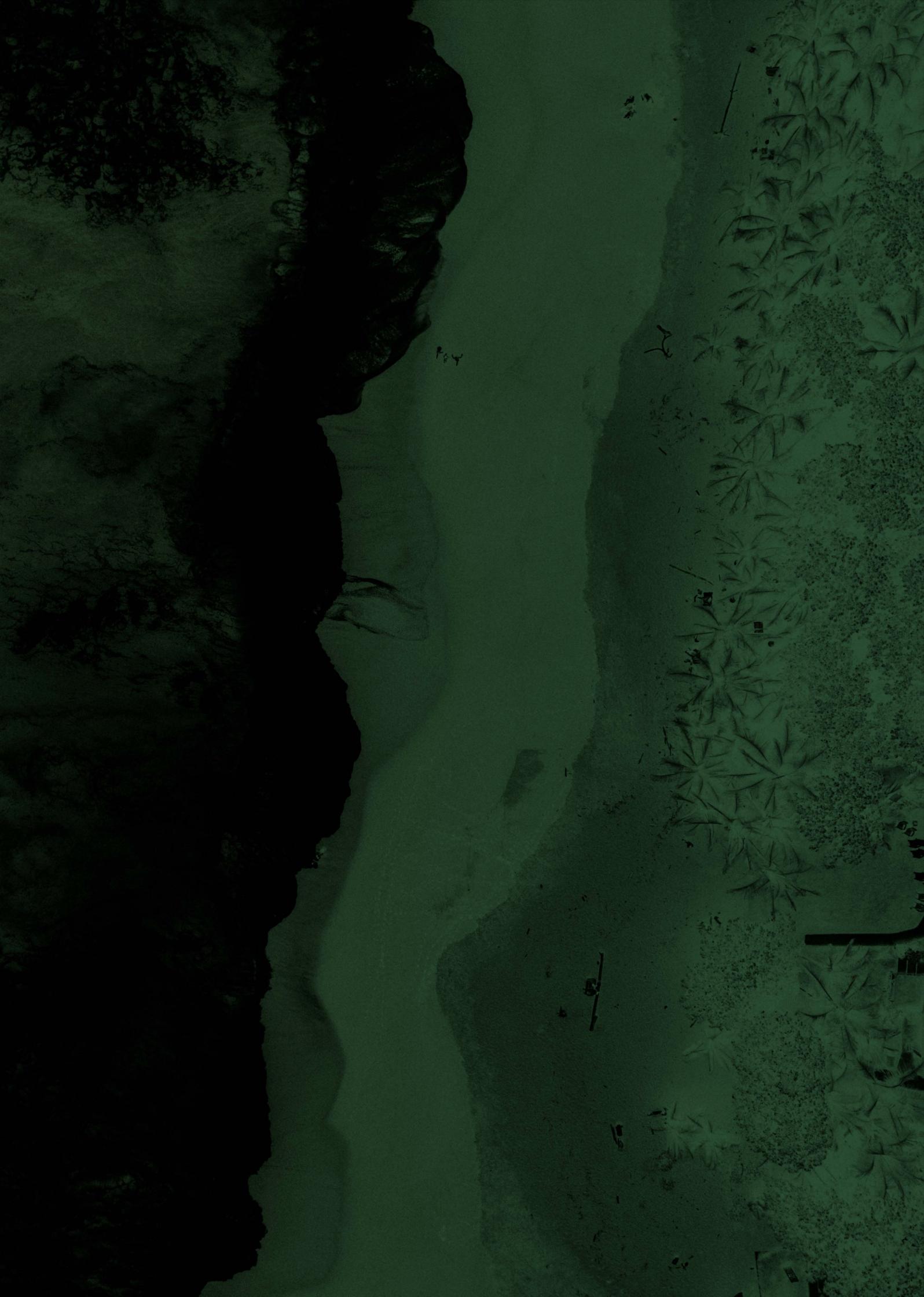
Palabras clave: *reconstrucciones metodológicas; decolonialidad; cinismo epistémico.*

Methodological reconstructions and / or methodologies a posteriori

Abstract:

Is compatible with canonical methodologies a research whose epistemic-political line is the decolonial perspective? Methodology may be decolonized? Is it perhaps necessary? Some of these concerns give rise to this paper. It runs some proposals related to the methodological problems that arise in the context of decolonial research.

Keywords: *methodological reconstructions; decoloniality; epistemic cynisims.*





É bom lembrar constantemente o fato de que é possível escapar da ciência como a conhecemos hoje, e que podemos construir um mundo no qual ela não desempenhe nenhum papel. (Atrevo-me a sugerir que tal mundo seria mais agradável de contemplar, tanto material quanto intelectualmente, do que o mundo em que vivemos hoje). (FEYERABEND, 1987, p. 134).

Tempos de crise e questões metodológicas

Pode-se argumentar que as preocupações metodológicas surgem em tempos em que nos vemos mergulhados em crises profundas de sentido nas quais é preciso encontrar um bom rumo para direcionar o conhecimento da melhor forma e na busca de encontrar respostas ótimas. Parece ter algo a ver com o que ocorreu na segunda metade do século passado no cenário europeu com respeito ao surgimento da hermenêutica filosófica e o questionamento desta em relação ao protagonismo atribuído às questões metodológicas em tempos de crise do humanismo, se é que pode ser denominada de alguma maneira.

Sem dúvida, nesse cenário, houve uma resposta crítica muito forte ao império metodológico, e nem é preciso dizer que uma marca foi deixada por Paul Feyerabend em “Contra o método”, que embora tenha sido questionado por muitos fanáticos da objetividade, da verdade e da neutralidade da ciência moderna, foi muito bem recebido por quem estava longe de afiançar tais considerações.

“Verdade e Método” foi o título do livro marcante de Hans-Georg Gadamer, aquele que foi inicialmente intitulado pelo autor como “Compreender e Acontecer”, no momento de entregá-lo à impressão em 1959. Foi finalmente alterado mais por critérios editoriais do que estritamente filosóficos. Mais além de que “método” apareça em seu título, a hermenêutica não é uma abordagem que localiza o problema do método no cerne de sua proposta. Pelo contrário, uma das operações nodais da proposta de Gadamer – uma referência inevitável da hermenêutica contemporânea e testemunha privilegiada da trajetória da filosofia de todo o século 20² – é realizar uma mudança na importância atribuída a questões de ordem metodológica e pensar uma espécie de, senão reparação, sim, reabilitação da tradição romântica, a que teve que permanecer sufocada e ofuscada pelo império da ciência moderna, suas obsessões metodológicas e sua subjugação de todos os tipos de conhecimento que não se aplicariam ao que ela prescreveu. O autor argumentou em vários lugares que o ponto de partida de sua hermenêutica foi justamente a crítica do metodologismo prevalente em meados do século passado, “ao metodologismo da era da teoria do conhecimento” (GADAMER, 1992, p. 320).

Luís Enrique de Santiago Guervós, prestigioso intelectual de Málaga, conhecedor como poucos da obra de Gadamer, argumenta a respeito desta perspectiva hermenêutica, que ela é “um testemunho claro e um catalisador do estado de crise em que se encontra o pensamento atual” (1987, p. 6). Gadamer escreve em um momento de crise indiscutível que impacta o interior das ciências humanas e sociais; contexto que afeta a intelectualidade enraizada no coração da Europa de meados do século XX.

Nas primeiras páginas de “Verdade e Método”, Gadamer indica claramente que não propõe uma metodologia ou uma normativa do compreender. Expressa – enfatizando-o em itálico no texto original, o que não é um dado menor – que:

² Gadamer nasceu em Breslau em 11 de fevereiro de 1900 e morreu na cidade alemã de Heidelberg em 12 de março de 2002, aos 102 anos.

[A] hermenêutica desenvolvida aqui não é tanto uma metodologia das ciências do espírito quanto à tentativa de chegar a um acordo sobre o que são de fato tais ciências para além da autoconsciência metodológica, e sobre o que as vincula a toda nossa experiência do mundo. (GADAMER, 1991, p. 25)

Tem-se perpetuado uma espécie de sobreposição ou de confusão entre o conceito de método e o de compreensão, como se este último fosse o instrumento metodológico próprio da hermenêutica. A hermenêutica não pretende apresentar um protocolo metodológico nem se posiciona como superadora de outras metodologias das ciências sociais e humanas em geral.

O escopo do conceito *Verstehen* é infinitamente mais amplo, abrangente e transcendente do que a ideia de método. Em outras palavras, o experiencial da compreensão torna o fenômeno da compreensão absolutamente irreduzível ao método científico, uma vez que o transcende absolutamente. A hermenêutica ou, para ser mais preciso, a neo-hermenêutica filosófica contemporânea se distancia da hermenêutica tradicional. Neste sentido, o autor aponta que enquanto a primeira enfatizou o desenvolvimento metodológico, o mesmo não acontece com a hermenêutica filosófica, que nunca tentou se posicionar como uma doutrina metodológica (GADAMER, 1998).

Porque esta introdução se refere à hermenêutica, uma vez que não é o assunto que nos preocupa. Pois bem, é que se percebeu na proposta da hermenêutica filosófica uma proposição esperançosa que nos afastava das exaustivas exigências metodológicas, uma vez que nos autorizou a argumentar que não existia um método hermenêutico único e, se aplicados corretamente, todos os métodos possibilitaram, finalmente, dar resultados ou frutos hermenêuticos, como bem argumentou Gadamer. No entanto, apesar do fato de que a abordagem neo-hermenêutica foi para muitos bálsamo contra o ataque do cientificismo em meados do século passado, os debates metodológicos promovidos a partir desta tradição parecem, senão ter vencido a batalha, ter mantido a mesma vitalidade de antes e nada faz pensar que é possível evitar a armadilha metodológica sempre que se engaja em um trabalho investigativo. É necessário dar conta da metodologia a ser adotada – com uma precisão que se sabe ser impossível de ser cumprida – tornando explícito o critério de seleção aplicado para escolher esta ou aquela perspectiva.

Tempos de crise civilizatória e preocupações urgentes de época

Hoje também estamos em tempos de enorme tremor de certezas, tempos de inquietação, tempos de crise de raiz da modernidade (QUIJANO, 2012), momentos de colapso do Ocidente para alguns e de crise civilizacional para os outros.

Edgardo Lander tem se dedicado a estudar a atual crise civilizacional incorporando uma informação abundante e irrefutável a este respeito. Em vários de seus escritos incorpora o tema “tempo”: isto é, as questões do presente não podem ser passadas às gerações futuras para sua resolução, precisamente porque o que está em sério risco é a própria possibilidade de existência de gerações futuras, de não deter o curso insano de acontecimentos atuais que colocam a própria vida em suspenso, pelo menos a vida de humanos, sem dúvida.

Que implicações teria assumir que estamos em uma época histórica decisiva, num ponto de inflexão tal que se não conseguirmos como humanidade nas gerações presentes impedir o avanço destes dispositivos de destruição sistemática de culturas e vida, não haveria garantia futura?



Esta consideração sobre a concepção de tempo e sua disponibilidade se baseia em duas condições de nossa época indicadas acima. Os cálculos e projeções dos vários modelos sobre o futuro do planeta podem variar e estar sujeitos a controvérsias, mas não há dúvida de que os atuais padrões civilizacionais não são sustentáveis e que estão minando as condições que tornam a vida possível. Quanto tempo nos resta antes que esses processos destrutivos sejam irreversíveis? Obviamente, não é muito... (LANDER, 2006, p. 24)

Os textos de Lander têm um teor exortativo dirigido em grande medida aos intelectuais, a quem ele adverte que mergulharam em uma espécie de sonambulismo que os impede de analisar a serviço de quem e para que conhecer, como a ciência e a pesquisa científica são atualmente apoiadas, quais são as perguntas urgentes a responder etc.

Nestes dias com tais marcas de época nos vemos envolvidos com questões metodológicas que se apresentam em termos de preocupação e que exigem algum tipo de resolução. Esta pode muito bem consistir em propor já um afastamento de instâncias nas quais nos reconhecemos como intelectuais cínicos que querem se acomodar a protocolos de pesquisa, que antecipadamente consideramos como fora de nossas possibilidades e interesses políticos e intelectuais. No entanto, respondemos obedientemente sempre que a exigência institucional assim o impõe e é aí que nos desenvolvemos com certa dose de cinismo. Se ecoarmos o que foi levantado por Lander, o momento da investigação só pode ser aquele que, sem demora, sem adiamentos, se ocupe de indagar quais as condições que tornam possível que o diagnóstico apresentado pelo autor não se agudize, e de ser possível, como mudar as atuais condições do trabalho investigativo que nos desperta da imperturbável letargia intelectual em que, em sua opinião (com a qual concordo), estamos imersos.

Sabe-se que nós que desenvolvemos nossa atividade de investigação no interior de instituições universitárias estamos periodicamente sujeitos a uma exigência incontornável que consiste em nos expor a uma avaliação rigorosa na qual devemos dar conta da metodologia aplicada em nossas investigações. Chegados a este item, nos formulários elaborados segundo um protocolo que não apresenta grandes inconvenientes para as ciências “duras”, mas que apresenta fissuras nas ciências pejorativamente chamadas “brandas”, os pesquisadores do campo das ciências sociais e humanas tornam-se acrobatas e malabaristas quando se trata de lidar com essas planilhas. Seu desenho tem pouco ou nada a ver com a investigação em humanidades, com o que acontece no processo de investigação propriamente dito e com o que nos acontece enquanto investigadores, o que nos atravessa experiencialmente na nossa prática profissional, muito menos quando o que nos passa tem a ver com a dor e com as urgências mundanas em que nossas vidas são perdidas.

É comum ver consignada, na seção de metodologia, a apresentação do tema a ser investigado dissecado em seções, sequências, momentos. Sem dúvida, não é um obstáculo menor ao cumprimento desta exigência, sem a qual pareceria que nenhuma investigação que valesse a pena seria viável, pondo em causa o rigor daquilo que ainda não começou a acontecer, daquilo que ainda não colocamos em marcha. Ou seja, devemos antecipar quais passos daremos, que caminho traçamos para nós mesmos, qual é o roteiro traçado e quais “avanços” (palavra infeliz por replicar a lógica moderna sustentada na ideia de progressão e acumulação de conhecimento) se esperam obter. Assim, com o avanço da atividade investigativa, devemos dar conta de qual será o procedimento a adotar, o que equivale a dizer que devemos antecipar, quase exatamente, qual será o rumo a seguir, qual o modo de abordagem de tais e quais variáveis, antecipando dificuldades etc. Sem dúvida, esta é uma tarefa impossível uma vez que não supõe a investigação a ser levada adiante propriamente dita, mas sim um relato conjectural do que será

no futuro, os resultados obtidos, *sem ainda os termos obtido*, o que torna o item problemático, pois se soubéssemos de antemão, escrupulosa e meticulosamente que coisa procuramos encontrar, não nos aventuraríamos em um trabalho exploratório investigativo, visto que envolveria claramente um absurdo, visto que já teríamos o conhecido.

Pelo que foi dito, entendo que é urgente fazer uma discussão sobre qual metodologia adotar (ou não) aqueles de nós que recusamos as metodologias habituais por várias razões. No presente caso, a crítica dos requisitos metodológicos claramente não reside no modelo e/ou desenho de suas formas, tampouco na negligência das peculiaridades das ciências sociais e humanas. Nossas discrepâncias não vão por aí e, conseqüentemente, o desgosto com as atuais exigências no que diz respeito à metodologia. O problemático está na condição de colonizado, o que equivale a dizer que é fruto de uma imposição colonial em conformidade com os padrões de conhecimento euro-centrados. Essa imposição responde a uma padronização do conhecimento com a pretensão de universalidade e neutralidade, segundo um universo reduzido de problemas que é o que as ciências sociais e humanas modeladas a partir dos padrões ocidentais, reconhecem como tais. Portanto, nossa preocupação, desgosto ou mal-estar não se sustenta senão na dimensão colonial do metodologia, no alerta de que é mais uma área entre tantas nas quais se tem feito sua a colonialidade do saber e continua a fazê-lo. É nesse sentido que é interessante explorar propostas que busquem uma ação descolonizadora da metodologia. Digo dimensão colonial da metodologia porque ela se sustenta em várias ficções, tais como a pretensão de objetividade e o indispensável abstencionismo valorativo do pesquisador em busca da neutralidade, sustentada na ocultação deliberada da corpo-biografia do pesquisador típico da geopolítica do conhecimento moderno, sobre o qual foi construída nossa academia ocidental e colonial.

Interessa, portanto, revisar diferentes trabalhos ocupados em tematizar a metodologia decolonial, ou melhor, os problemas que vêm surgindo no marco do vínculo conflitivo entre decolonialidade e metodologia. Deve-se dizer que os autores dessas obras são antropólogos/as, arqueólogos/as. Podem perder tematizações deste teor no campo filosófico, mas também se sabe que a Filosofia é uma das áreas que apresenta maior resistência à perspectiva decolonial, ignorando até mesmo seu alcance filosófico. No entanto, é um bom sintoma de que as questões e problemas extravasam seu próprio campo “objetual”, disciplinar, é um excelente sintoma que *Teorias sem disciplinas* nos são apresentadas, (este último em alusão direta ao título da compilação de Santiago Castro-Gómez e Eduardo Mendieta de 1998), borrando as bordas das áreas do saber, priorizando problemas e teorias sem patrocínio disciplinar.

Cinismo epistêmico ou insubordinação metodológica

Em um sentido amplo, “método” se refere a caminho, curso ou via; no sentido de que nos ocupamos estamos mais próximos da ideia de procedimento. É muito comum notar uma confusão interessante entre a metodologia de pesquisa (que é uma análise teórica sobre o método) e o método em si. As metodologias tradicionais são o produto de “convenções” epistemológicas, onde, pode-se dizer, a comunidade epistêmica de referência refere-se a certos procedimentos metodológicos ligando-os com patrocínios inconfundíveis de importância: chame-o de método arqueológico, genealógico³, desconstrutivista, etnográfico, pesquisa-ação participati-

3 Santiago Castro-Gómez apoia amplamente a genealogia foucaultiana, como apropriado recurso metodológico para estudos sobre modernidade/colonialidade no contexto colombiano. Adiciona a essas contribuições as de Deleuze & Guattari. Esclarece que faz uma “pesquisa transdisciplinar, que não se preocupa tanto em manter a fidelidade a certos cânones, mas em se apropriar de certos conceitos e métodos para propor uma análise da mobilidade que pode oferecer um outro olhar fértil para Bogotá no início do século 20”. (CASTRO-GÓMEZ, 2009, p. 19)

va, leitura reversa, etc. (a lista é extensa e continua). Quer dizer, dá a impressão de que é sempre necessário mergulhar na cobertura de certa tradição que funciona como uma espécie de garantia de rigor e serve ao propósito de ter que dar conta da metodologia utilizada em nosso trabalho investigativo e qual é a tradição e/ou escola que corresponde como referencial teórico e, conseqüentemente, quem é a pessoa que se torna uma referência insubstituível de pesquisa e, então, legitima nossa procedimento de investigação.

No entanto, às vezes, e devido à complexidade de certos problemas, nenhuma das metodologias canônicas são suficientes, então somos obrigados a realizar uma série de combinações, conforme o caso, ou, como é o que promovemos neste artigo, uma mudança na centralidade da metodologia e uma recusa crítica da conformação/construção do canônico, enquanto tal.

No entanto, em protocolos de pesquisa raramente nos expandimos desafiando o seu desenho, pelo contrário, é muito mais habitual do que se possa pensar, o fato de perceber que o cumprimento deste requisito responde mais a um formalismo do que a um ato sincero de declaração epistêmica.

Desta forma, embora não gostemos de nos reconhecer no referido espelho, muitas vezes nos envolvemos em atos de cinismo epistêmico, conforme o expressamos nas linhas acima, sacrificando nossas próprias convicções pelo lucro que cumpre o requisito metodológico. Não estou querendo dizer que toda metodologia deve ser descartada, estou dizendo que existem casos em que cumprimos o requisito sabendo que o próprio pedido é um ato gerado pelos comissários do conhecimento, a quem a nossa investigação rechaça devido à sua inegável marca colonial. Nessas ocasiões, a conformidade com a metodologia responde mais a um requisito formal do que a honestidade do processo investigativo e o que acontece conosco na realização da tarefa como pesquisadores.

Zulma Palermo tem abordado a questão do papel das universidades diante de um olhar decolonial e da possibilidade de uma pedagogia decolonial desenvolvida dentro dessas casas de “altos” estudos. Em “A universidade latino-americana na encruzilhada decolonial” afirma eloquentemente que:

[A] contradição entre o que é dito e o que é feito permanece como um dos maiores obstáculos para produzir pelo menos um começo de mudança nos processos de produção de conhecimento, mesmo naqueles atores que estão mais conscientes do nível de colonialidade intelectual dentro do qual realizam sua prática. Produz-se, então, uma lacuna até agora intransponível entre a pesquisa, regida por paradigmas fortemente hegemônicos e hierárquicos, sua transposição para a sala de aula tanto no nível de graduação e como no de pós-graduação e, ambas tangencialmente separadas do “mundo” das pessoas que não são mais as destinatárias dessas práticas ou, em casos excepcionais, para sê-lo de modo muito indireto (PALERMO, 2010, p. 61).

Mesmo quando se tem certeza de estar mergulhado naquele campo de contradições, não é um sentimento agradável, mas é auspicioso na medida em que epistemicamente esperançoso. Esse saber sobre a contradição se transforma em condição de possibilidade porque existe a consciência da colonialidade intelectual e, conseqüentemente, voltada para o empreendimento descolonizador, o giro, o desprendimento.

Portanto, aqueles de nós que usamos a perspectiva/projeto decolonial, que temos encontrado nela o espaço da crítica radical ausente para nossas realidades e nossos pesares e encontrado aí um alcance propositivo, entendemos que, quanto à metodologia, interessa em maior medida o deslizamento/desprendimento em busca de desmontar o destaque que vem tendo

de acordo com tratamentos espelhados em protocolos de pesquisa euro-centrados regulados a partir das administrações hegemônicas do conhecimento, a partir das feitorias do conhecimento segundo os primados da colonialidade do conhecimento. Tal deslizamento envolve um ato de transgressão epistêmica e de insubordinação⁴.

A chamada a *Interdisciplinar as ciências sociais* e humanidades indisciplinadas (este também em alusão direta ao título de um texto, neste caso a compilação feita por Catherine Walsh, Freya Schiwy e Santiago Castro-Gómez de 2002) é uma premissa decolonial que surge do quadro latino-americano na procura de desobedecer ao modelo de legitimação do conhecimento segundo o molde colonial. Nesse sentido:

Indisciplinar significa abrir as fronteiras das ciências sociais que cercam a produção e distribuição de conhecimento, e as “regiões ontológicas” do social, político e econômico. (...) Além disso, propõe romper com as tendências modernistas das ciências sociais que dividem e distanciam o sujeito e o objeto de conhecimento para, assim, repensar a relação entre sujeito e estrutura. (WALSH, SCHIWY e CASTRO-GÓMEZ, 2002, p. 13-14)

Essa é a trilha traçada por Walter D. Mignolo (2010) que preconiza uma ação de *Desobediência epistêmica*, entendendo por tal uma mudança no posicionamento em relação ao conhecimento e ao mundo, ou seja, uma mudança (uma derrubada) em relação ao que importa hoje, que contribui para a construção de uma razão decolonial, para a qual é imprescindível uma torção em relação à concepção moderna de razão e racionalidade, em busca de ir ligando, vinculando globalmente vários esforços de descolonização que se desprendem, isto é, se desvinculem criticamente do horizonte imperial. De acordo com Mignolo:

O pensamento crítico de fronteira nos fornece um método para protagonizar uma reviravolta decolonial, bem como a conexão entre projetos decorrentes da ferida colonial que agora podem ser concebidos e explorados no reino das diferenças coloniais e imperiais. O pensamento crítico de fronteira é, então, o método que conecta a pluriversalidade (diferentes histórias coloniais presas na modernidade imperial) com o projeto universal de desprendimento do horizonte imperial... (2010, p. 122)

Mignolo fala sobre método, mas, na minha opinião, a proposta se refere a procedimento político-epistêmico, uma vez que não está explicitando a metodologia de pesquisa a ser adotada em uma investigação decolonial; não é isso que se está apresentando, mas sim uma mudança política epistêmica que propõe essa perspectiva e, nesse sentido, as novas genealogias para inspecionar e recorrer. Esse “como” que envolve a dimensão da conversação que iremos desenvolver mais adiante à luz da indicação que diz respeito a uma mudança nos termos da conversa e não apenas no conteúdo, que não faz nada além de replicar a colonialidade.

Nometodologia

Em uma linha que não entra em conflito com o que foi dito (mesmo que o autor cite Walsh) encontramos “Nometodologia payanese: notas de metodologia indisciplinada”, artigo do arqueó-

⁴ É-me mais correto falar de insubordinação do que de indisciplinada, embora possam ser usadas como sinônimo, parece que toda vez que usamos a palavra disciplina ou disciplinarização - para ser, precisamente, disciplinados com o que é estipulado pelo protocolo acadêmico - devemos necessariamente citar Michel Foucault como se ele fosse o dono da palavra, então seria ótimo quando em algum momento você puder encontrar um substituto terminológico para evitar tal elogio.

logo Alejandro Haber. O autor indica que a metodologia decolonial é uma área vaga, urgindo que a metodologia ela mesma seja submetida à razão decolonial para, justamente, realizar um trabalho investigativo fora da disciplinarização e institucionalização do conhecimento na academia eurocentrada. Celebro a proposta de Haber, o que incorre às vezes em prosa irônica para desmascarar a tarefa investigativa, prestando atenção não só à “coisa” investigada, mas também à tarefa do pesquisador e à representação sociocultural deste atividade. A pesquisa indisciplinada ou nometodologia “[D]escoloniza as armas de investigação disciplinada. (...) é uma conversa situada que penteia a disciplina a contrapelo” indagando sobre o invisível, o ausente, o que fica como um traço, por “aquilo que só aparece de soslaio do protocolo metodológico” (HABER, 2011a, p. 9).

Em outras palavras, esta nometodologia coloca no centro da cena o que foi colocado como uma nota marginal. É esse mesmo exercício que tentamos fazer com o próprio trabalho de Haber e, nessa direção, paramos em dois lugares que poderiam ser considerados marginais em um texto, mas que têm uma densidade substantiva. Quero dizer, a epígrafe que é extraída de Julio Cortázar, significativamente do “Discurso do não método, método do não discurso, e assim vamos”⁵ e para a nota no final do texto n.º 9. É muito engenhoso o exercício da intertextualidade praticado por Haber, localizado como título que abre para o texto. Enquanto Descartes se posicionou como um paladino do método, do rigor intelectual e das regras para direcionar o espírito, Haber, sustentado na paródia de Cortázar, adota, se você quiser, uma atitude também com uma certa dose de ironia do moderno, do hiper-moderno empreendimento cartesiano. A epígrafe escolhida ilustra e condensa de uma forma maravilhosa aquilo sobre o que é o artigo, jogo de linguagem mediante, se desloca ludicamente da negação do método, ao método que nega o discurso (sobre o método), e assim vamos, em uma marcha difícil de capturar com antecedência.

Na nota no. 9 no final do documento (não no rodapé da página que torna a leitura mais ágil) Haber reitera a natureza manifesta de sua escrita e expressa, em relação às experiências de pesquisa e metodologia e assumindo a epígrafe, que: “aproximamo-nos tanto quanto podemos, como na vida. Nesse sentido, este texto não inclui uma propedêutica metodológica por se tratar de um manifesto contrário a uma propedêutica” (HABER, 2011a, p. 32). Parece muito gráfico o que diz, é o que acontece conosco na pesquisa, onde nada é tão sequenciado como pensamos, nada é tão programado quanto temos inicialmente imaginado, nada é puro e o produto de etapas antecipadas. Para sempre há uma cota de improvisação, de andamentos incertos, de surpreendente, de imprevisto, e que ótimo por ser assim, pois é central para que a investigação continue em um andar impaciente, inquieto.

Não é, então, uma propedêutica, no sentido de que não é um instrutivo inicial ou qualquer coisa dessa natureza, é um manifesto onde se assentam as bases do que é apresentado como a mais forte convicção quanto à exigência da indisciplinada metodológica, o que coloca também em tensão o próprio campo disciplinar, aquele que se constituiu segundo os primados da ciência ocidental moderna, de acordo com os critérios de legitimação do conhecimento científico e compartimentalização do mesmo em áreas.

Pode-se pensar que o fato de dar um caráter manifesto a sua abordagem nometodológica produz uma espécie de blindagem dada seu caráter, vale a pena reiterar, de manifesto. Entendo que é um exercício inteligente aquele que faz Haber, lançando as bases do que ele considera ser uma ação de insubordinação metodológica.

⁵ Entendo que é esclarecedor transcrever a epígrafe na íntegra: “O melhor: não começar, ir até onde puder. Nenhuma cronologia, embaralhe tão misturado que não valha a pena. Quando houver datas na parte inferior, eu as colocarei. Ou não. Lugares, nomes. Ou não. Em qualquer caso, você também decidirá o que deseja. A vida: pedir carona, auto-shop, hitchhiking: dê ou não dê, assim como os livros são as estradas. Aí vem um. Isso nos leva, nos deixa plantados?”, Julio Cortázar, “Discurso do não método, método do não discurso, e assim vamos”.

Para encerrar esta seção, Haber diz:

Indisciplinar a metodologia consiste em indiscipliná-la a partir de seus pressupostos: a relação de objetificação/subjetivação, a linearidade temporal da sequência de produção, a distribuição topológica do conhecimento teórico e do mundo, e a autonomia prática do conhecimento de relações sociais/vitais (2011a, p. 17)

Ou seja, a indisciplina ou insubordinação pode ser entendida como um tipo de inversão da modalidade que normalmente é estabelecida na prática investigativa, isto é, deixar de ser quem estamos indo em direção à “realidade” para os fins de realizar uma ação de investigação, mas ser permeável ao que está acontecendo e aparecendo à medida que nos permitimos ser questionados por aquilo que foi pré-configurado como um problema investigativo. Isso não é pouca coisa, porque questiona primazias epistêmicas modernas em relação a um “para cima do conhecimento” e uma “descida ao mundo”. Basta referir à forma como nos referimos às universidades como “casas de altos estudos”, uma vez que o conhecimento está acima, em relação ao mundo comum. A insubordinação também afeta esta metáfora espacial, uma vez que o lugar onde a sabedoria, os conhecimentos, os saberes, ou como que quer que os chamemos, não estão nos claustros que costumam dar as costas ao mundo, mas no mundo, ou melhor, nos mundos. Assim, torna-se ainda digno de ser tematizada a forma como a referida pré-configuração do problema de investigação chega a uma encruzilhada aberta ao questionamento.

Metodologia e aporia

A seguir uma referência do ano de 2011, por ocasião dos encontros periódicos que realizamos a partir do Centro de Estudos e Atualização em Pensamento Político, Decolonialidade e Interculturalidade – CEAPEDI– da Universidade Nacional de Comahue. Em referida ocasião, Sebastián Garbe, jovem antropólogo da Universidade de Viena, apresentou um trabalho dando conta das dificuldades muito diversas que encontrou em seu próprio campo de estudo quando teve que explicar a metodologia de uma perspectiva decolonial. No momento da troca, expressei que tal preocupação nos leva a um exemplo que, no mínimo, podemos chamar de aporético. Ou seja, estamos em face de uma aporia ao tentar dar conta da chave metodológica decolonial precisamente porque as imposições metodológicas respondem a uma exigência investigativa e uma certa concepção de conhecimento que é o mesmo que a decolonialidade rejeita. A ideia de aporia foi acolhida por Garbe na publicação “Aporias metodológicas da virada decolonial” (2012, p. 217), onde ele explicou a dimensão aporética todas as vezes que tentamos conciliar as metodologias tradicionais com a decolonialidade.

Resumidamente, mas de forma substantiva, o autor exhibe na parte final do trabalho três pontos em busca de descolonizações metodológicas, que como antropólogo lhe interessa: o primeiro refere-se ao conceito de cultura e especificamente à distinção entre diferença cultural e diferença colonial, afiançando claramente esta última opção; a segunda, aderindo à proposta de pensamento de fronteira de Mignolo, promover uma metodologia diferente que realmente consiga mudar não o conteúdo da conversa, mas os seus termos. Isso tem sido muito citado e continuo a afirmar o potencial subversivo que comporta, visto que o que é subvertido é o “como” da conversa, a saber: Mignolo está dizendo – vamos falar em outros termos, ou seja, não mais a partir do paradigma etnocêntrico onde há um espaço para aquilo concebido como alteridade, outridade, desqualificados morais, políticos e epistêmicos, mas em um espaço que, construído como uma fronteira, os termos da conversa nos coloquem a todos em condições

idênticas, habitando todos esse espaço de fronteira e sem hierarquias epistêmicas ou de qualquer tipo, em busca daquilo que interculturalidade crítica, nas mãos de Catherine Walsh, vem advogando: simetria epistêmica, desierarquização do conhecimento, sem invisibilizar práticas de dominação, opressão, que operaram desde a imposição de padrões europeus nesta parte, ou seja, com a exibição da diferença colonial.

Este último merece uma digressão: nos últimos anos, a interculturalidade vem a adjetivar uma grande quantidade de áreas que, em suma, muitas vezes fazem o mesmo, borrando seu potencial disruptivo crítico. Walsh afirma claramente que enquanto isso está acontecendo, ainda estamos instalados em um matriz colonial que pensa a interculturalidade como mera fusão e/ou hibridez, distorcendo assim a mudança crítica que o intercultural implica em relação à visão hegemônica. É assim que ele se expressa:

A interculturalidade não pode ser reduzida a uma simples mistura, fusão ou combinação híbrida de elementos, tradições, características ou práticas culturalmente distintas. Nem deve ser entendida como uma forma de intervenção do melhor de dois ou mais mundos possíveis ou reduzida a enunciados como “sociedade intercultural”, “educação intercultural”, “democracia intercultural”, “Estado intercultural”, que, em geral, apenas sugerem a diversidade existente. Em vez disso, representa processos dinâmico e dual ou multidirecional, repleto de criação e tensão e sempre em construção; processos enraizados em lacunas culturais reais e atuais... (WALSH, 2009, p. 47)

Agora, o leitor pode se perguntar qual é a relação que essa prática adjetivante mantém ou como isso afeta questões metodológicas. Caberia, então, dizer que seria inútil chamar a metodologia de intercultural agora, e continuar naquele curso infinito e infeliz de vários adjetivos que caem em ouvidos surdos, uma vez que não são sustentados em uma práxis intercultural genuína, que não é algo dado, mas uma prática político-epistêmica que é construída em seu fazer e não antes de seu exercício. Assim, uma mera enunciação do intercultural já não resultaria suficiente para sair da lacuna na qual nos achamos, que é, precisamente, colocar em tensão o metodológico em chave decolonial. Garbe eloquentemente argumenta que “[n]ão carece ao antropólogo ou a outro intelectual relatar as lutas de descolonização dos setores subalternizados e interpretá-los como metodologias!” (2012, p. 227).

Por fim, o autor propõe tematizar a universidade como um campo que tem sido pensado como um espaço único e privilegiado de produção de conhecimento, e resgatando a transdisciplinaridade e a transculturalidade como questões importantes e que fazem o metodológico. Parece-me importante que isso aparece em um dos três pontos indicados por Garbe visto que nos permite vinculá-lo à ideia de conversa levantada por Haber, mesmo quando este não está em seus levantamentos bibliográficos.

Sobre a importância da conversa em outras condições, Haber se explica em “Arqueologia, fronteira e indisciplina”, ali ele afirma que:

A recapitulação da colonialidade tem pouco a ver com as intenções políticas ou éticas de indivíduos que fazem arqueologia. Mesmo quando se busca um diálogo horizontal, esse diálogo já está enquadrado em uma linguagem particular (um jogo de linguagem) que deveria ser linguagem natural que descreve o mundo (a posição hegemônica). Minar o lugar hegemônico a partir do qual a arqueologia disciplina as relações com o passado e seus vestígios envolvem ouvir e aprender com os relacionamentos subordinados ao passado e seus vestígios, mudar o domicílio da escrita, e desenvolver posições para indisciplinar a arqueologia a partir de sua metafísica disciplinar (2011b, p. 9).

Jogo de linguagem, relações dialógicas, primazia dos encontros comunicacionais, conversacionais e sociais foram tópicos abordados por filosofias hermenêuticas desde meados do século passado (H. G. Gadamer, J. Habermas, R. Rorty) e não são propostas novas no âmbito da referida perspectiva. Nesse sentido, a hermenêutica poderia nos apresentar a nós como um recurso metodológico interessante, desde que se tenha plena consciência de que a ação interpretativa deve orbitar em torno do fator colonial, isto é, que todo ato e todo desempenho da inteligência dos mundos têm que ser reparados no desdobramento da colonialidade, uma questão não contemplada pela hermenêutica intraeuropeia euro-centrada e suas propostas metodológicas correspondentes com reivindicação universal. Muda o quão prolífica pode resultar a prática conversacional se essa atividade gira em torno da colonialidade.

Nem é preciso dizer que Haber fala sobre o que acontece na arqueologia, mas o levantado pelo autor ultrapassa o campo estritamente disciplinar, questão que vale a pena celebrar e também pode ser usada para pensar em outras possibilidades para as ciências sociais e humanas também moldadas pela colonialidade e cultivada à sombra do abrigo epistêmico do Ocidente, que é o mesmo, isto é, projetado de acordo com a matriz de poder colonial (Mignolo). Possibilidades outras que até contribuem para obscurecer os limites disciplinares, tornando-os difusos, como apontamos nos parágrafos acima.

Volto ao caráter aporético do metodológico em chave decolonial. Isso não deve ser entendido aqui como uma situação de certa conjuntura epistêmica, isto é, que hoje, levando em conta a recente data do decolonial, uma metodologia relacionada a essa perspectiva ainda não foi consolidada como se as metodologias fossem uma espécie de menu à la carte a ser desenhada segundo o “objeto” investigativo. Ou expresso de outra forma: uma vez que a decolonialidade apareceu em nosso horizonte teórico, exigimos de forma urgente conformar uma metodologia de acordo com os primados conceituais da teoria. Este não é o ponto, se por aporia queremos dizer um paradoxo insolúvel, problema sem solução, ou instância à qual é inerente seu caráter problemático e polêmico, não pode senão, adentrados em território decolonial, nos apresentar a exacerbação do metodológico como aporético, precisamente porque responde a um formato de conhecimento que é eurocêntrico por excelência e torna-se, senão incompatível, imperativa a busca de outras metodologias ou de mudanças para a burocratização do conhecimento que nos obriga a ações de cinismo epistêmico, como nos referimos acima. Estou muito interessada na abordagem de Garbe em termos de aporias, que embora não seja uma exploração acabada (nem pode ser precisamente por causa de seu caráter aporético), refere-se mais a um problema que tem uma preocupação epistêmica genuína e uma autorreferencialidade.

Metodologia e proximidade

Finalmente, uma breve menção a um texto sobre metodologia decolonial das mãos de Julia Suárez Krabbe. A autora é antropóloga, também atravessada por uma geo-corpo-bio-política que a leva da Colômbia, seu país natal, para Dinamarca, na Roskilde Universitet (ao contrário de Garbe: da Áustria para Argentina, na Universidade de Buenos Aires). Seu artigo “Na realidade: rumo a metodologias de pesquisa decoloniais” começa expressando a violência inerente aos pressupostos metodológicos das práticas antropológicas.

Como nos casos indicados acima, ela reconhece o caráter colonial que até dá origem à própria disciplina e tenta uma análise referida a metodologias decoloniais. Embora não seja colocado em termos de aporia, recorre, se quiser, a questões que não são muito diferentes daquelas que Haber e Garbe, mencionados anteriormente, vêm fazendo. O núcleo de sua proposta é

romper com a distância teórica que parece ser um baluarte na atividade de pesquisa propondo, ao contrário, a proximidade metodológica; isso aparece como um critério que a aproxima de uma metodologia decolonial. Essa proximidade proporciona aprendizado na área que implica, como vem se propondo na decolonialidade, um esforço para desaprender o que foi aprendido em busca de novos conhecimentos e “gerar gradualmente novas [teorias e ideias de cientificidade] com os sujeitos com quem se trabalha” (SUÁRÉZ KRABBE, 2011, p. 199). Nesse sentido, a ideia de proximidade subjaz uma crítica da separação e do distanciamento sujeito/objeto, dualismo característico da ciência moderna, inaugurado com a filosofia cartesiana como horizonte fundacional da modernidade.

Suárez Krabbe está interessada em perspectivas metodológicas que possibilitem a sobreposição da pesquisa com critérios emancipatórios ou libertários, seguindo nisso a Lewis Gordon, Frantz Fanon, Enrique Dussel e Orlando Fals Borda, entre outras referências privilegiadas em sua obra.

Sem um fim em mente

Essas últimas linhas não começam em forma de fechamento, é exatamente isso que não temos no caso em questão, felizmente e não como uma espécie de falha, não há possibilidade de um único desenho e/ou protocolo metodológico quando se trata de abordagens decoloniais. E é assim porque a decolonialidade compromete o legado moderno de conhecimento em que as metodologias têm desempenhado um papel protagonista e disciplinador, apresentando-nos como garantia de conhecimento rigoroso ou algo parecido.

Sem apresentá-los como se fosse uma invariância ou algo assim, identificamos dois últimos momentos em que as perguntas sobre as metodologias, pesquisas e conhecimentos surgem em meio à crise de ordem diferente, mas crise finalmente. A segunda, a dos nossos dias, em seu caráter terminal e raiz. Então, voltamo-nos às possibilidades de insubordinação metodológica como possibilidade que neutraliza o cinismo epistêmico em que incorremos no quadro de atividades investigativas em instâncias que requerem padronização do conhecimento. É por isso que bebemos em Palermo, que nos revela esse estado de contradição entre a nossa reflexão e o nosso trabalho, que embora seja representada para a autora como um obstáculo para a produção do conhecimento, consideramos, no entanto, que o conhecimento da contradição por causa da insubordinação e/ou indisciplina. Em seguida, inspecionamos diferentes abordagens para o problema metodológico em chave decolonial: Haber, Garbe e Suárez Krabbe - quem em maior ou menor medida bebem em Mignolo, Walsh, Lander, Escobar e outras referências da perspectiva da modernidade/colonialidade - todos alcançados por preocupações, senão idênticas, muito próximas: colocar em tensão a própria práxis investigativa em virtude de sua dimensão colonial. Enquanto Haber levanta a nometodologia, Garbe acentua a dimensão aporética e Suárez Krabbe propõe a aproximação e/ou proximidade metodológica a fim de tematizar os critérios de validação do conhecimento em antropologia.

Resta então reiterar que não há protocolo metodológico decolonial, a metodologia decolonial é, neste caso, uma reconstrução para posteriori da investigação que só pode ser explicitada depois de concluída a investigação.

Nesse sentido, entendemos que, o que se apresenta como metodologia, não pode deixar de ser o resultado de um trabalho hermenêutico em retrospecto, fato diante de nossas inconsistências e contradições com as quais encontramos diariamente na vida investigativa, colocando o eixo da atividade interpretativa na dimensão colonial, que é justamente a questão considerada na busca da mudança/desprendimento decolonial. Isto é, podemos apresentar um meticuloso

trabalho de reconstrução do atuado, mas não podemos pré-determiná-lo, não é possível se quisermos sair de protocolos de conhecimento e padronizações. Não é possível se entendermos que a prática decolonial urge, entre outras coisas, para reverter a lógica investigativa, a fim de se relacionar com as urgências mundanas e descer do pódio da ciência tão moderna quanto colonial.

É neste sentido que a seção que abre estas reflexões, que embora não tenha sido concebida em um ambiente decolonial, serve aos efeitos do pensamento de conhecimento, conhecimento e metodologias em uma chave disruptiva crítica.

Referências

CASTRO-GÓMEZ, S.; MENDIETA, E. (Comps.). **Teorías sin disciplina** (latinoamericanismo, poscolonialidad y globalización en debate). México: Porrúa, 1998.

CASTRO-GÓMEZ, S. **Tejidos oníricos: Movilidad, capitalismo y biopolítica en Bogotá (1910-1930)**. Bogotá: Pontificia Universidad Javeriana, 2009.

CORTÁZAR, Julio (1994). **Salvo el crepúsculo**. Madrid: Alfaguara, 1994.

DE SANTIAGO GUERVÓS, L. E. **Tradición, lenguaje y praxis en la hermenéutica de H.-G. Gadamer**. Málaga: Universidad de Málaga, 1987.

FEYERABEND, P. K. **Contra el método: Esquema de una teoría anarquista del conocimiento**. Barcelona: Ariel, 1987.

GADAMER, H.-G. **Verdad y Método I**. Salamanca: Sígueme, 1991.

GADAMER, H.-G. **Verdad y Método II**. Salamanca: Sígueme, 1992.

GADAMER, H.-G. **El giro hermenéutico**. Madrid: Cátedra, 1998.

GARBE, S. Aporías metodológicas del giro decolonial. En: DÍAZ, M. E. y PESCADER, C.r (Comps.). **Decolonizar el presente: Ensayos críticos desde el sur (217-230)**. Roca: Departamento de Publicaciones de la Facultad de Derecho y Ciencias Sociales, Universidad Nacional del Comahue, 2012.

HABER, A. Nometodología payanesa: Notas de metodología indisciplinada. **Revista de Antropología**, 23, 9-49, 2011a.

HABER, A. Arqueología, fronteira e indisciplinada. **Revista Habitus**, 9, 5-16, 2011b.

LANDER, E. Tendencias dominantes de nuestra época ¿Se nos agota el tiempo? **Versión parcial de la Conferencia en la XXII Asamblea General de CLACSO/IV Conferencia Latinoamericana y Caribeña de Ciencias Sociales**, Río de Janeiro, 25 de agosto, 2006.

MIGNOLO, W. **Desobediencia epistémica: Retórica de la Modernidad, Lógica de la Colonialidad y Gramática de la Descolonialidad**. Buenos Aires: Ediciones del Signo, 2010.

PALERMO, Z. La universidad en la encrucijada decolonial. **Otros Logos**. Revista de Estudios Críticos, 1, 43-69. Disponible en línea en: <http://www.ceapedi.com.ar/otroslogos/Revistas/0001/Palermo.pdf> (Consultado el 03/02/2011), 2010.

QUIJANO, A. Pensamientos y prácticas de(s)/coloniales. 'Bien vivir': entre el 'desarrollo' y la descolonialidad del poder. **Viento Sur**, 122, 46-56, 2012.



SUÁREZ KRABBE, J. En la realidad. Hacia metodologías de investigación descoloniales. **Revista Tabula Rasa**, 14, 183-204. Disponible en línea en: <http://www.redalyc.org/pdf/396/39622094008.pdf> (Consultado el 05/03/2014), 2011.

WALSH, C. **Interculturalidad, Estado, Sociedad**: Luchas (de) coloniales de nuestra época. Quito: Universidad Andina Simón Bolívar / Abya Yala, 2009.

WALSH, C.; SCHIWY, F.; CASTRO-GÓMEZ, S. (Eds.). **Indisciplinar las ciencias sociales**: Geopolíticas del conocimiento y colonialidad del poder. Perspectivas desde lo Andino. Quito: Universidad Andina Simón Bolívar / Abya Yala, 2002.